

GAZETA MERCANTIL

Quarta-feira, 8 de março de 1989

Ação coordenada por parte dos países amazônicos

Talvez nenhum tema tenha merecido tanta projeção na imprensa internacional, nos últimos tempos, como a questão ecológica. Conforme deixamos claro em editoriais anteriores, consideramos perfeitamente legítimas as preocupações com a deterioração das condições do meio ambiente em todo o mundo, mas nos parece evidente que a recente agitação em torno do assunto tem uma conotação político-econômica.

Agora mesmo, está em curso em Londres uma conferência sobre o que deve ser feito para a proteção da camada de ozônio que envolve o planeta. As discussões devem ter continuidade em outro encontro, no final desta semana, em Haia, na Holanda, cuja agenda prevê o exame não só dos efeitos danosos sobre o ozônio da emissão de gases de clorofluor-carbono (CFC) como do chamado "efeito estufa", que estaria levando a um aquecimento da temperatura do globo terrestre.

Como já se tornou lugar-comum, o Brasil e outros países que partilham da bacia amazônica são sempre objeto de ataques nesses encontros, acusados de queimadas e desmatamento des-

controlado, que estariam concorrendo para o "efeito estufa" e ameaçando os chamados "pulmões do mundo".

As pressões que o País vem sofrendo têm-se confrontado com a firme posição adotada pelo presidente José Sarney, em defesa da soberania nacional, não admitindo, em hipótese alguma, as supostas intenções de internacionalização da Amazônia. E, como foi anunciado, o governo brasileiro tem dedicado especial atenção à elaboração de um amplo plano de defesa e preservação ecológica da região, sem abdicar de seu direito de explorar os recursos naturais e de realizar obras estratégicas.

Entre estas, destaca-se a Rodovia BR-364, já pavimentada de Cuiabá (MT) a Porto Velho (RO) e que se estende até Rio Branco, o único meio de comunicação terrestre com a capital do Acre e que se torna intransitável na estação das chuvas. Os planos prevêem que a estrada prossiga até Cruzeiro do Sul, também no Acre, e dali até Pucallpa, no Peru, ligada diretamente, por asfalto, ao porto de Callao. Dessa forma, uma nova via seria criada para escoamento das safras do Centro-Oeste e do

Norte através do oceano Pacífico, dando melhores condições de competitividade aos produtos brasileiros nos mercados do Japão e outros países asiáticos.

Até recentemente, o Brasil esperava contar com financiamentos externos para esses projetos, alguns deles já concedidos pelo Banco Mundial (BIRD). Para a ligação do Acre a Pucallpa, o governo está em negociações para obtenção de um empréstimo de US\$ 600 milhões do governo japonês. A campanha orquestrada pela imprensa internacional, focalizando as agressões à floresta amazônica, tem, no entanto, criado obstáculos a essas obras, que certamente são fundamentais para o desenvolvimento de uma vasta região do País, com a vantagem de melhor integrá-lo a seus vizinhos do continente. Isso dá credibilidade às suspeitas de que as objeções a tais projetos não sejam de cunho essencialmente ecológico, mas seriam inspiradas, também, pelo temor de uma concorrência mais acirrada nos prósperos mercados do Extremo Oriente.

De qualquer forma, o governo brasileiro procura esvaziar o con-

teúdo emocional que a questão do aproveitamento das riquezas naturais da Amazônia recentemente adquiriu. Além das medidas que o governo tem tomado no plano interno, o País procura desenvolver uma ação diplomática eficaz para se contrapor a essas pressões. Esta é a importância da conferência que, de permeio às de Londres e de Haia, realizam, em Quito, os oito países amazônicos — Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela e Suriname. A reunião não tem como objetivo apenas reafirmar a soberania desses países sobre seus territórios, mas também o de definir políticas conjuntas para a exploração de riquezas naturais sem comprometer as condições do meio ambiente.

Em suma, embora os países desenvolvidos sejam de longe os maiores responsáveis pela poluição da Terra, os países em desenvolvimento que possuem grandes reservas florestais, como os amazônicos, aceitam colaborar para evitar uma maior deterioração das condições ambientais. Mas por decisões conscientemente soberanas, nunca se submetendo à tutela internacional.

FONTE : G M
 DATA : 8 / 3 / 89

CLASS. : 35
 PG. : 4